

Arinos admite referendo como instrumento adequado para legitimar nova Constituição

ANC 88
 Pasta Julho/85
 072

— A realização de um referendo popular é uma possibilidade extremamente atrativa para a Constituinte. Acho que, no Brasil, a Constituição será batizada com o referendo.

A proposta foi defendida ontem pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco — presidente da Comissão Pré-Constituinte — durante o debate sobre o tema, que norteou o 36º Encontro de Líderes e Pessoas com Poder Decisório, promovido pela Arquidiocese do Rio no Centro de Estudos e Formação do Sumaré.

Depois de classificar o debate de ontem como "muito fecundo, pois reuniu representantes dos diversos setores da sociedade que caminham para a convergência de soluções comuns moderadas", Afonso Arinos esclareceu a "verdadeira função" da comissão.

— Assim como considero que o voto do analfabeto alarga as bases populares de representação política, aceito o referendo como um instrumento oportuno para a Nação. Aproveito para esclarecer que a comissão que presido não pretende embarçar a ação da Constituinte, mas sim criar subsídios para a sua elaboração. Não pretendemos dominar a Constituinte. Estamos reunidos para servir ao Executivo. Amanhã terei um

encontro com o Presidente José Sarney, no Hotel Glória, para discutir a situação em que se encontra a comissão — informou.

Do encontro de ontem — cujo tema em debate foi "o que a nação espera da Constituinte" —, participaram cerca de 90 pessoas.

Os participantes do encontro, que durou das 9 às 19 horas, foram divididos em grupos de quatro, para analisar questões: a candidatura avulsa para a Constituinte; o Congresso com poderes constituintes ou uma Constituinte exclusivamente dedicada à elaboração constitucional; regulamentação adequada dos meios de comunicação para a garantia da participação da sociedade na eleição e nos trabalhos da Constituinte; e indicação de cinco temas constituintes prioritários.

No relatório final dos grupos, emergiram estes temas, apresentados em plenário e debatidos pelos participantes: democratização da Justiça e do trabalho; reforma agrária; fortalecimento do Legislativo e das liberdades individuais; garantia do direito de greve e de sindicatos livres; reforma tributária; municipalização do País, com mandato mais curtos, entre outras.

Para Dom Eugênio, importante é o 'alicerce da fundamentação moral'

Ao encerrar ontem o 36º Encontro de Líderes e Pessoas com Poder Decisório, o Cardeal Eugênio Sales disse que é preciso ter confiança no futuro da Nação, destacando que a transformação do País com a Carta Magna só será possível com "o alicerce sólido da fundamentação moral".

— O Brasil é um País com sérios problemas de injustiça social — anteontem mesmo ma-

taram um padre que defendia posseiros em Rondônia —, mas é uma Nação viável, que precisa de confiança no futuro para que possa ser construída. Precisamos corrigir as falhas de ontem e participar da construção do Brasil, hoje, com toda a fundamentação moral necessária para tal tarefa. Sem confiança no futuro não adianta trabalhar nem lutar — assinaram.